

A construção social do Programa de Ações Afirmativas: o caso da UFSC¹

Leonardo Silva*

RESUMO: No presente artigo tenho como objetivo principal esboçar algumas considerações acerca da construção social do Programa de Ações Afirmativas (PAA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tomando como ponto de partida a análise dos discursos de agentes que se mostraram chave durante e após este processo. Através de um mapeamento das organizações mais relevantes durante o processo de construção do PAA da UFSC, aponto certos agentes que ocuparam ou ainda ocupam posições de destaque nas mesmas. Posteriormente, analiso os discursos destes agentes demonstrando alguns dos significados mais típicos e difundidos que são atribuídos por eles ao PAA. Com base nesta análise inicial mostro que a construção dos Programas de Ações Afirmativas no Brasil teve como uma de suas mais importantes “consequências” a emergência de um novo campo de pesquisas sobre a temática das ações afirmativas. Concluo que tanto a construção social dos Programas de Ações Afirmativas no Brasil, quanto a percepção destes últimos como instrumentos associados à luta pela inclusão da diversidade socioeconômica e étnico-racial no ensino superior e na pesquisa, parecem estar ligadas, ao menos em parte, ao relativamente progressivo movimento histórico de inclusão da diversidade que hoje se aprofunda em muitas democracias representativas.

Palavras-chave: Programa de Ações Afirmativas da UFSC; Agentes sociais; Discursos; Significados; Emergência de um novo campo científico.

1. Introdução

Em âmbito institucional é possível afirmar que o processo de construção sócio-histórica do Programa de Ações Afirmativas (PAA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) iniciou-se efetivamente já em 2002 quando o Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe (GTEGC) da Associação dos Professores da UFSC (APUFSC) começou a debater a questão da inclusão de setores historicamente excluídos do ensino superior, como indivíduos de baixa renda, negros e indígenas. Porém, foi somente em 2007 que foi

* Acadêmico do Curso de Graduação em Ciências Sociais - UFSC. E-mail: leosociais2011@hotmail.com

formulada pelo Conselho Universitário (CUN), com base na Proposta de Programa elaborada pela Comissão de Acesso e Diversidade Socioeconômica e Étnico-racial, a *Resolução Normativa N° 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007*, que criou o “Programa de Ações Afirmativas” da Universidade de Santa Catarina, previsto para entrar em vigor a partir de 2008 e ser avaliado nos cinco anos subseqüentes.

Neste longo processo de construção do PAA algumas organizações (tanto governamentais como não-governamentais) inegavelmente ocuparam posições de destaque. Dentro destas organizações, por sua vez, certos agentes também desempenharam papéis preponderantes. Todavia, apesar da importância desse processo para a vida acadêmica da UFSC existem atualmente poucas análises sociológicas sobre o mesmo. Neste artigo pretendo contribuir, mesmo modestamente, para o preenchimento dessa lacuna.

Meu objetivo neste artigo é fazer algumas considerações sobre a construção social do PAA da UFSC tendo como ponto de partida a análise dos discursos de alguns dos agentes que mais se destacaram durante e após este processo.

Por meio do mapeamento das organizações mais relevantes durante o processo de construção do PAA da UFSC, aponto alguns dos agentes que ocuparam ou ainda ocupam posições de destaque nas mesmas.

Realizo um exame dos discursos destes agentes em busca de possíveis pistas para alguns dos significados mais típicos e difundidos que tendem a ser atribuídos ao PAA. Com base nesta análise inicial mostro algumas das “consequências” da construção dos Programas de Ações Afirmativas no Brasil (notadamente, a exemplar emergência de um novo campo de pesquisas sobre a temática das ações afirmativas). Por fim, esboço algumas das linhas de força histórico-sociais que, em certa medida, parecem contribuir tanto para a construção dos Programas de Ações Afirmativas, quanto para o engendramento de formas específicas de percepção sobre estes.

2. Um breve mapeamento das organizações e dos agentes relevantes

A memória coletiva, assim como sua variante científica, a história, estão longe de serem neutras ou imparciais. Condicionados por interesses específicos, os discursos oficiais sobre a história realizam obrigatoriamente uma seleção, a partir do ponto de vista

dominante no momento em questão, do que é considerado importante e o descarte do que não é. Como afirma Le Goff (2003, p. 525):

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Desse modo, pode-se dizer que os discursos oficiais operam aquilo que Pollak (1989) chamou de “enquadramento da memória” histórica.

Buscando fugir ao enquadramento da memória que os discursos contidos nos documentos oficiais que tratam do PAA da UFSC² tendem a operar sobre a história do processo de construção do mesmo, analisei fontes diversificadas, entre as quais (além dos já referidos documentos oficiais), artigos acadêmicos, pesquisas, artigos de jornal, sítios da internet, entrevistas escritas e em vídeo, anotações de campo obtidas por meio de observação participante³, etc.

A partir da análise destas fontes tornou-se possível verificar que certas organizações (governamentais e não-governamentais) ocuparam posições de destaque durante o processo de construção do PAA da UFSC. Entre estas é preciso apontar, sobretudo, o GTGCE da APUFSC, a Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE), o Núcleo de Estudos Negros (NEN), o Fórum de Entidades Negras, a Comissão de Acesso e Diversidade Socioeconômica e Étnico-racial (que foi criada especialmente para o caso), o Movimento Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO) e o (CUN) que criou oficialmente o PAA da UFSC.

Obviamente, não existe um indicador científico que possa mostrar de forma inequívoca e incontestável qual foi a relevância de cada indivíduo (e de sua opinião) na organização da qual este faz parte. No entanto, tendo em vista que tanto a análise destas organizações em si mesmas, como de todos os indivíduos que as compõe, ultrapassa os modestos limites e os objetivos do presente artigo, parece ser mais produtivo mapear certos agentes que teriam sido chave neste processo. Na verdade, a própria lógica deste último tendeu a me levar para este caminho. Após um exame mais detido da história do processo de construção do PAA da UFSC, parece inegável que determinados indivíduos desempenharam um papel realmente preponderante neste acontecimento (isso pode ser verificado, por

exemplo, pela frequência com que certos nomes aparecem em diversas organizações e eventos ligados ao PAA da UFSC).

Apesar de ter em vista que as opiniões e percepções de alguns poucos agentes não podem e não devem ser tomadas como representativas das organizações das quais eles fazem parte (ou dos demais indivíduos que dela também participam), acredito ser inegável que estas percepções dizem algo de relevante sobre certas disposições sociais e políticas que tendem a caracterizar estes grupos. Desse modo, a maior contribuição das considerações feitas nesta pesquisa não está, por exemplo, em sua possível representatividade estatística, mas sim no aumento da compreensão de certos aspectos de um processo complexo e muito recente que possui poucas análises desde a perspectiva das ciências sociais.

Neste artigo me refiro aos agentes analisados por meio de seus nomes próprios. Na verdade não vejo como poderia ser diferente, já que, a construção do PAA foi um processo público, do qual a história diz respeito a todos os cidadãos brasileiros. Os agentes aqui mencionados são conhecidos e reconhecidos publicamente (ou como diria o senso-comum, são “pessoas públicas”). Do mesmo modo, tanto os discursos (escritos e em vídeo) que são transcritos, quanto os dados que são apresentados nesta pesquisa, também são de circulação pública.

Apesar destas justificativas sei que essa escolha teórico-metodológica possui certos implicantes éticos que lhes parecem inerentes. Nós cientistas sociais muitas vezes tendemos a nos referir a grupos ou agentes sem nome ou com nomes fictícios em nossas análises. Geralmente a menção em uma pesquisa social do nome próprio do agente parece violar sua subjetividade, seus direitos individuais inalienáveis.

Há, porém, certa confusão quanto a este ponto. Como afirma Bourdieu (2011), quando o cientista social estuda um determinado agente ele não analisa o “indivíduo empírico”, extremamente complexo, concreto e único que existe no mundo ordinário e “real”, mas sim o “indivíduo epistêmico”, delimitado e típico-ideal, que é construído pela ciência unicamente com fins analíticos.

Do mesmo modo, a menção de nomes próprios nesta pesquisa não tem absolutamente nada a ver nem com a ideia de suspeita ou de denúncia, nem com as “[...] estratégias mais testadas da polêmica, insinuação, alusão, meias-palavras, subentendido, procedimentos tais que interessam à retórica universitária de modo especial. (BOURDIEU, 2011, p. 22). Trata-se na verdade, da tentativa de lançar

alguma luz sobre o pouco analisado processo de construção do PAA da UFSC. Pois, apesar de alguns de nós esquecermos algumas vezes, por nos rendermos “[...] as facilidades do processo retrospectivo, historiadores ou sociólogos se propõe apenas a estabelecer princípios de explicação e compreensão universais, válidos para qualquer “sujeito”, inclusive, é claro, para aquele que os enuncia [...]”. (BOURDIEU, 2007, p. 158).

3. Sobre os agentes analisados

Abaixo apresento alguns “indicadores” desenvolvidos nesta pesquisa com a finalidade de situar melhor os agentes aqui analisados no espaço social de que fazem parte e de mostrar algumas das condições sociais de produção de seus discursos. Tento desse modo, fundamentar melhor a análise realizada nas próximas seções, demonstrando tanto a relevância de analisar estes agentes como as prováveis semelhanças que eles possuem entre si.

Na Quadro 1, utilizo a noção bourdieuseana de “capital cultural institucionalizado”. Segundo Bourdieu (2003), o capital cultural pode assumir três formas diferentes: o estado incorporado, o estado objetificado e o estado institucionalizado. Na visão de Bourdieu (2003, p. 78) o capital cultural institucionalizado é uma “objetivação do capital cultural sob a forma de diploma [...]”. Tendo em vista esta definição procuro analisar o nível de capital cultural institucionalizado desses agentes usando como indicadores os três maiores diplomas universitários possuídos pelos mesmos. Como se pode perceber, apesar de pertencerem a áreas diferentes do conhecimento todos fazem parte do meio acadêmico. Como mostra a relação de diplomas mencionados todos possuem níveis bastante elevados – se comparados com a média de escolaridade da população brasileira, que segundo o IBGE (2009), era de 7,0 anos no ano de 2008 – de capital cultural institucionalizado. Para se realizar um pós-doutorado, por exemplo, é necessário mais de 22,0 anos de estudo. Esse alto nível de escolaridade também sugere que estes agentes possuam uma relação com a língua culta, assim como “competências linguísticas” – que para Bourdieu (1996, p. 54) podem ser “[...] entendidas, ao mesmo tempo como capacidade de produção, de apropriação e de apreciação [...] – que são semelhantes. De fato, tanto a observação das apresentações orais destes agentes no *Seminário: Ações Afirmativas na UFSC* que aconteceu no dia 26 outubro de 2011 no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), quanto

de suas falas em entrevistas de vídeo também tende a reforçar esse argumento. Essas observações indicam que estes agentes possuem no âmbito cultural algumas características sociais semelhantes que são relevantes do ponto de vista desta análise.

QUADRO 1 – CAPITAL CULTURAL INSTITUCIONALIZADO: TRÊS MAIORES TÍTULOS UNIVERSITÁRIOS POSSUÍDOS PELOS AGENTES

| Ilse Scherer-Warren | Frei David R. dos Santos | Marcelo H. R. Tragtenberg | José Nilton de Almeida |
|--|---|---|--|
| Doutora em Sociologia pela Université de Paris X, Nanterre | Bacharel em Filosofia e Teologia pelo Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis | Mestre em Física pela Universidade de São Paulo - USP | Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM |
| Pós-Doutora em Sociologia pela University of London | Especializado em Teologia pela Pontifícia Universidade Nossa Senhora da Assunção de São Paulo | Doutor em Física pela Universidade de São Paulo - USP | Doutor em Educação pela UFSC |
| Pós-Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília | Mestrando em Teologia Litúrgica pela Pontifícia Universidade Nossa Senhora da Assunção de São Paulo | Pós-Doutor em Física pela University of Oxford | Pós-Doutor em Antropologia pela UFSC |

FONTE: O autor, a partir dos dados do Sistema Currículo Lattes. Exceção feita a Frei David de quem as informações foram retiradas do sítio <<http://www.franciscanos.org.br/safras/educafro/quemsantos.html>>.

No Quadro 2, demonstro algumas das relações existentes entre os agentes em questão e algumas das organizações que se destacaram durante e após o processo de construção do PAA da UFSC. Como é possível observar estes agentes possuíram ou ainda possuem posições hierarquicamente relevantes nestas organizações. Essas posições possibilitaram a eles exercerem uma relativa influência sobre o desenrolar do processo de construção do PAA. Além disso, participar destas organizações também mostra uma considerável afinidade entre as disposições políticas e ideológicas destes agentes.

QUADRO 2 – POSIÇÕES SOCIAIS OCUPADAS PELOS AGENTES EM ORGANIZAÇÕES QUE SE DESTACARAM DURANTE E APÓS O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PAA DA UFSC

| Ilse Scherer-Warren | Frei David R. dos Santos | Marcelo H. R. Tragtenberg | José Nilton de Almeida |
|---|---------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|
| Membro da Comissão de Acesso | Diretor executivo EDUCAFRO | Vice-presidente da Comissão de Acesso | Membro da Comissão de Acesso |
| Coordenadora do INCT-IESP de Santa Catarina | | Membro do INCT-IESP de Santa Catarina | Membro do Fórum de Entidades Negras |
| | | | Ex-diretor executivo do NEN |

FONTE: O autor, a partir do levantamento realizado nas diversas fontes referenciadas neste artigo.

No Quadro 3, parto da constatação feita por Bobbio (1997,57) de que nos últimos anos “[...] a assinatura de um manifesto foi com frequência uma das formas pelas quais muitos” intelectuais “[...] expressaram e assumiram publicamente o próprio engajamento político.” No caso das políticas públicas de ações afirmativas isso foi duplamente verdade, já que, tanto os intelectuais a favor como os intelectuais contra elaboraram manifestos que foram divulgados a opinião pública nacional. O grupo de intelectuais contrários as ações afirmativas entregaram em 29 de junho de 2006 ao então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e ao então presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), o manifesto intitulado *Carta Pública ao Congresso Nacional: Todos têm direitos iguais na República Democrática*. Cinco dias depois o grupo de intelectuais favoráveis entrega a estes dois mesmos representantes o *Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto de Igualdade Racial*.

Uso o fato dos agentes aqui analisados serem signatários do *Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto de Igualdade Racial* como um indicador do posicionamento político e, conseqüentemente, da disposição política dos mesmos. Como se pode observar todos eles foram signatários do mesmo, por isso parece lícito supor que eles tenham percepções consideravelmente semelhantes com relação ao PAA.

QUADRO 3 – ASSINATURA EM MANIFESTO COMO UM INDICADOR DO POSICIONAMENTO POLÍTICO DO AGENTE

| Ilse Scherer-Warren | Frei David R. dos Santos | Marcelo H. R. Tragtenberg | José Nilton de Almeida |
|--|--|--|--|
| Signatária do Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto de Igualdade Racial | Redator e signatário do Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto de Igualdade Racial | Signatário do Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto de Igualdade Racial | Signatário do Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto de Igualdade Racial |

FONTE: O autor, a partir da lista de signatários do Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto de Igualdade Racial (ver referências no fim do texto).

Tendo em vista os indicadores apresentados nesta seção, é possível sustentar com certa segurança, tanto que estes agentes ocuparam ou ocupam posições de destaque nas organizações que foram consideravelmente relevantes durante e após o processo de construção do PAA da UFSC, quanto que eles possuem certas disposições sociais e políticas semelhantes, notadamente no que diz respeito a este último. Por isso, parto do pressuposto de que, apesar da possível polissemia de algumas das expressões aqui analisadas, os agentes que delas fazem uso estão até certo ponto em um mesmo “plano cognitivo”, estão em grande medida “falando sobre a mesma coisa” (como diria o senso-comum). De modo que não parece ser uma atitude reducionista ou simplista analisar seus discursos de forma análoga. Além disso, é preciso lembrar também que um agente, por mais diferente, original, revolucionário ou inovador que seja, quando quer atingir um determinado público precisa necessariamente “[...] recorrer à linguagem convencional, ou seus esforços de comunicação serão inócuos.” (SILVA, 2010, p. 310). Para se fazer compreender pelos receptores, “[...] não lhe resta alternativa a não ser mobilizar, em seu discurso, os padrões convencionais de comunicação acerca dos temas para os quais deseja chamar a atenção.” (SILVA, 2010, p. 310). Ou seja, mesmo na dimensão discursiva os agentes têm que se submeter, em certa medida, às hierarquias, coerções e convenções sociais e linguísticas que condicionam, mesmo que de forma invisível, seu mundo social.

4. Sobre as análises de discursos: algumas considerações teórico-metodológicas

Como já foi dito anteriormente, um dos objetivos principais deste artigo é captar e analisar alguns dos significados que são atribuídos ao PAA da UFSC por certos agentes que possuíram um papel de destaque durante e após o processo de construção do mesmo. Para atingir esse fim analisei os discursos produzidos por estes agentes em busca desses significados. Tomo como pressuposto a afirmação feita por Wittgenstein (1975) de que “palavras também são atos”, por isso defino discurso como todo proferimento, ou seja, como todo *ato* de proferir ou pronunciar – podendo este ato ser tanto falado como escrito – que é realizado por um agente social (seja este pessoa ou grupo).

Tendo em vista que não existe uma ciência do discurso propriamente dita, sendo este um campo de investigação inegavelmente interdisciplinar, utilizo um método de análise sistemático e compreensivo, buscando dessa forma “ler” – num sentido hermenêutico – os discursos dentro de seus contextos sócio-históricos e linguísticos específicos de produção, sem perder de vista também as características sociais as e prováveis disposições e intenções dos agentes que os proferem.

Desse modo, acredito que para se analisar um discurso deve-se seguir o mesmo procedimento científico que Weber (2009) atribuiu à sociologia de um modo geral, ou seja, compreender interpretativamente na tentativa de estabelecer as possíveis “afinidades eletivas” existentes entre os fenômenos. É válido lembrar que para esse fim não é preciso – tal como podem pensar alguns – que o analista possua “[...] a misteriosa habilidade de se penetrar na mente do autor para revelar seus estados psíquicos interiorizados na forma de desejos, planos ou desígnios”. (SILVA, 2010, p. 309). Afinal, como nos ensinou Weber (2009, p. 4): “Não é preciso ser César para compreender César”.

5. As metáforas bélicas

Através da análise comparativa dos discursos dos agentes acima mencionados é possível estabelecer algumas semelhanças relevantes entre mesmos. Entre estas, se pode apontar o fato de que certas idéias, assim como as expressões usadas para expressá-las, tendem a ser consideravelmente recorrentes. Para tentar determinar

essa recorrência fiz uma análise interpretativa levantando ao mesmo tempo quantitativamente as expressões que foram mais usadas por estes agentes para se referirem a temática das ações afirmativas. Apesar de ter em mente que esse procedimento deixou necessariamente algumas percepções e expressões de lado, acredito que ele tornou possível a detecção de outras que são bastante relevantes.

As primeiras expressões relevantes sobre o PAA que pude rastrear são o que chamei de “metáforas bélicas”. Metáfora bélica é uma noção que uso para me referir às expressões que tendem a fazer fortes alusões à guerra e ao conflito. As palavras combate, guerra, luta, vitória, enfrentar, estratégia são constantes nos discursos analisados. Quanto aos significados destas expressões, não creio ser possível defini-los fora das percepções das quais elas são provenientes e nas quais elas adquirem seus respectivos sentidos. Dessa forma, uma percepção que parece ser comum a estes agentes é a do PAA como um mecanismo para enfrentar, para combater o racismo e as desigualdades raciais e sociais. Analisando os discursos destes agentes pode-se sugerir que eles tendem a perceber o mundo social como um campo de lutas. O que se depreende de seus discursos é uma forma de percepção que tende a ver a sociedade através da lente do conflito social.

6. Das ideias de inclusão à emergência de um novo campo de pesquisa

Com base na análise dos discursos foi possível localizar o rastro de outra palavra que parece ser extremamente cara aos agentes aqui analisados: inclusão. Tanto esse termo, como seu correlato acesso podem ser amplamente encontrados nas fontes aqui analisadas. É digno de nota que a própria Ilse Scherer-Warren (2007) ressalte que “as noções de “exclusão” e de “inclusão” têm tido nos últimos anos uma presença considerável não só na academia, mas também na advocacia dos movimentos sociais.” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 24). Essa “presença considerável” dos termos exclusão e inclusão tanto na academia como nos movimentos sociais têm uma importante relação com o debate atual sobre as ações afirmativas. Vale ressaltar, que tanto o debate “acadêmico-político” sobre a inclusão de setores historicamente excluídos do ensino superior, como os consequentes processos de construção de Programas de Ações Afirmativas nas

universidades públicas brasileiras tiveram “consequências” bastante peculiares.

Dentre essas consequências, uma das mais importantes seria a emergência/construção de um novo campo de pesquisas ligado à temática das políticas públicas de ações afirmativas e da inclusão no ensino superior e na pesquisa. Um dos indicadores da formação desse novo campo científico é o volume considerável de pesquisas, artigos, ensaios e livros publicados sobre a temática das ações afirmativas publicados atualmente. Outro indicador é a criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCT-IESP).

O INCT-IESP é um dos dez institutos de ciências sociais criados recentemente pelo governo federal. Esses dez institutos, por sua vez, fazem parte dos 123 INCTs que tem como objetivo o desenvolvimento de pesquisas de ponta em áreas que vão de mudanças climáticas a biocombustíveis, e que contam com um orçamento de R\$ 581 de milhões. O INCT-IESP conta com pesquisadores provenientes de 14 universidades brasileiras. Existem três núcleos e uma Sede Central do INCT-IESP no Brasil: a Sede Central e um núcleo estão sediados na UNB, a primeira sob a coordenação de José Jorge de Carvalho e o segundo sob a coordenação de Rita Laura Segato; um núcleo no Rio de Janeiro, sediado no Museu Nacional da UFRJ, sob a coordenação de Eduardo Viveiros de Castro; e um em Santa Catarina, sediado na UFSC, sob a coordenação de Ilse Scherer-Warren. Segundo o INCT-IESP, sua missão é

[...] observar e analisar todas as políticas de inclusão no ensino superior e nas instituições de pesquisa do Brasil e de países da América Latina e do Caribe através da sistematização, acompanhamento e articulação da produção científica e cultural sobre cotas, ações afirmativas e demais políticas de inclusão. (INCT-IESP).

Como se pode perceber, segundo o INCT-IESP seu objetivo é, sobretudo, observar e analisar os Programas de Ações Afirmativas que foram implantados nas instituições de ensino superior, não só no Brasil, mas também na América Latina e no Caribe. Na verdade, segundo seu coordenador geral o antropólogo José Jorge de Carvalho – em entrevista (em vídeo) ao UNBTV – é objetivo do INCT-IESP também interferir. José Jorge Carvalho afirma que os três focos do INCT-IESP são observação, teorização e intervenção. As pesquisas visariam assim, não somente analisar, mas também se necessário

propor modificações às chamadas políticas públicas de inclusão. Percebe-se assim o caráter eminentemente político possuído por estas pesquisas científicas.

Um importante detalhe que merece ser lembrado com relação à emergência/construção do campo de pesquisas sobre as ações afirmativas é o fato de que os coordenadores dos núcleos e da sede central do INCT-IESP no Brasil serem todos assinantes do Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto de Igualdade Racial e importantes participantes do processo de construção dos Programas de Ações Afirmativas no país. Rita Laura Segato e José Jorge de Carvalho foram os propositores do PAA na UNB, Ilse Scherer-Warren foi membro da Comissão de Acesso na UFSC e Eduardo Viveiros de Castro foi um dos defensores da implantação do PAA na UFRJ.

Ao que tudo indica, defender e participar do processo de construção dos Programas de Ações Afirmativas nas suas respectivas universidades, e de um modo geral, em todo o Brasil, autorizou estes pesquisadores a ocuparem legitimamente posições de destaque, posições de autoridade, neste novo campo científico. Na entrevista acima mencionada José Jorge de Carvalho parece corroborar este ponto de vista. Carvalho vincula, de forma extremamente lúcida, a participação nos processos de construção dos Programas de Ações Afirmativas à vinculação no INCT-IESP. Segundo ele, uma grande parte dos pesquisadores que são integrantes do INCT-IESP fez parte do processo de discussão e construção dos Programas de Ações Afirmativas no Brasil.

Do mesmo modo, a sede do INCT-IESP é em Brasília por que a UnB foi a primeira a aprovar o PAA. Como afirma Carvalho, “o grupo de pesquisadores tem toda uma afinidade com a rede de pré-vestibulares, por exemplo, que estão na mesma linha, da luta pela inclusão.” (UNBTV, transcrição minha). Essa interação entre os movimentos que lutam pela inclusão no ensino superior e os pesquisadores que estão acompanhando este processo deste seu início estaria gerando, segundo Carvalho, “uma nova maneira de fazer academia.” Essa nova maneira de fazer academia está ligada a emergência/construção deste novo campo de pesquisas, um campo que tenderia a “unir a tradição acadêmica com a tradição da luta do movimento social pela inclusão”.

Como é possível perceber os âmbitos político e acadêmico se cruzam/articulam de diversas maneiras durante a estruturação deste novo campo de pesquisas. O INCT-IESP é de certa forma o contraponto científico da política pública de ações afirmativas. É

como demonstrou Foucault (1975, p. 31): “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.”

7. O PAA como mecanismo de luta pela inclusão da diversidade no ensino superior e na pesquisa

Uma terceira expressão que é amplamente mobilizada pelos entusiastas do PAA é diversidade. Tanto nos questionários como nas demais fontes que são analisadas nesta pesquisa foi possível localizar este termo repetidas vezes. Pluralidade é uma expressão correlata que também é amplamente usada por estes agentes.

É válido ressaltar, que outras expressões tais como justiça e democracia, por exemplo, também apareceram ao longo desta pesquisa. Não obstante isso, é possível observar por meio do procedimento quantitativo (contagem) e qualitativo (análise interpretativa) que as expressões mais recorrentes, além de desempenharem nos discursos aqui analisados um papel realmente preponderante, são principalmente: combate/luta; inclusão/acesso; diversidade/pluralidade. Nesse sentido, a percepção mais significativa que parece depreender-se dos discursos aqui analisados é a do PAA como uma espécie de instrumento associado a “luta pela inclusão/acesso da diversidade/pluralidade socioeconômica e étnico-racial no ensino superior e na pesquisa”. Outras duas percepções que podem ser apontadas, por serem também relativamente recorrentes são: PAA como dispositivo ligado ao “combate ao preconceito, ao racismo, ao conservadorismo e as desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais”; PAA como meio para se “democratizar o acesso a universidade”.

8. Considerações Finais

Segundo Arato (2002, p. 87), “a história da democracia representativa tem sido a história da inclusão política.” Se isso é realmente verdade, pode-se afirmar que toda essa história da inclusão política já teria sido por si só, a história da “luta pela inclusão da diversidade”. Hoje se pode observar que essa luta pela inclusão da diversidade se aprofunda. Após a obtenção da inclusão política formal, certos grupos historicamente excluídos buscam atualmente obter o que poderia ser chamado de uma “inclusão de fato”. As políticas públicas de ações afirmativas são uma espécie de sintoma

deste amplo processo histórico. Do mesmo modo, a percepção do PAA como instrumento associado à luta pela inclusão da diversidade socioeconômica e étnico-racial no ensino superior e na pesquisa, também parece estar ligada, ao menos em parte, ao relativamente progressivo movimento de inclusão da diversidade que ocorre em muitas democracias representativas atualmente. Sem querer perder de vista as especificidades das percepções que foram analisadas nesta pesquisa, pode-se sugerir que elas tendem a se inserir neste amplo movimento histórico que hoje parece se aprofundar.

É válido ressaltar, que este artigo é fruto de uma pesquisa preliminar que precisa ser necessariamente ampliada para que se torne possível uma melhor compreensão destes fenômenos. Nesse sentido, as “conclusões” a que pude chegar nesta análise devem ser lidas antes como indicações de qual caminho seguir em outras pesquisas do que uma suposta palavra final sobre os assuntos aqui abordados.

Notas

1 - Esta pesquisa foi apresentada como trabalho de conclusão das disciplinas Métodos e Técnicas de Pesquisa I ministrada pelo Dr. Alexandre Bergamo, e Sociologia da Educação ministrada pela Dra. Marcia da Silva Mazon. As disciplinas foram cursadas no segundo semestre de 2011. Agradeço a ambos os professores e também ao/à parecerista anônimo/a pelas sugestões e comentários feitos.

2 - Refiro-me principalmente à *Proposta de programa de ações afirmativas para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com diversidade socioeconômica e étnico-racial* e a *Resolução Normativa N° 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007*.

3 - Essas observações e anotações foram feitas durante participação tanto nas aulas da disciplina SPO – 8310 – Tópicos Especiais em Sociologia III – Tema: Pesquisa sobre Políticas de Inclusão no Ensino Superior, quanto na organização do Seminário: Ações Afirmativas na UFSC que aconteceu no dia 26 outubro de 2011 no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH).

Referências

AFROPRESS entrevista Frei David. Disponível em: <http://afropress.entrevista_freidavid.htm>. Acesso em: 11 nov. 2011.

ALMEIDA, José Nilton. **Tessituras da pele: juventude(s), relações raciais e experiências**. Tese de doutoramento em Educação PPGE-UFSC: Florianópolis, SC, 2010.

ARATO, Andrew. Representação, soberania popular e *accountability*. In: **Revista Lua Nova**, n. 55-56, p. 85-103, 2002.

BOBBIO, Norberto. Considerações sobre os manifestos dos homens da cultura dirigidos às autoridades políticas. In: **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. Os três estados do capital cultural. In: **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

_____. **Meditações pascalianas**. São Paulo: Edusp, 2001.

COMISSÃO de Acesso e Diversidade Socioeconômica e Étnico-racial. **Proposta de programa de ações afirmativas para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com diversidade socioeconômica e étnico-racial**. Disponível em: <<http://acoes-afirmativas.ufsc.br/Proposta-Final.doc>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

CONGRESSO em Foco entrevista Frei David. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

CORREIO Nagô entrevista Frei David. Disponível em: <<http://www.youtube.com/correionagoentrevistafreidavideducafro>>. Acesso em: 15 out. 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRY, Peter et al. (Org.). Carta Pública ao Congresso Nacional: Todos têm direitos iguais na República Democrática. In **Divisões perigosas**: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2009.

INCT-IESP. Disponível em: <<http://www.inctinclusão.com.br>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MANIFESTO em favor da Lei de Cotas e do Estatuto de Igualdade Racial. Aos/Às deputados/as e senadores/as do Congresso brasileiro. Disponível em: <<http://alex.nasc.sites.uol.com.br/manifestopelascotas.htm>>. Acesso em: 10 out. 2011.

NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS. Histórico do Núcleo de Estudos Negros ao combate ao racismo e em sua luta por Direitos Humanos e pela Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <<http://www.nen.org.br/>>. Acesso em: 15 out. 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. In: **Política e Sociedade**: Revista de Sociologia Política. Florianópolis: UFSC: Editora Cidade Futura, n. 11, p. 19-40, outubro de 2007.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. In: **DADOS** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Iuperj, vol. 53, n. 2, p. 299-335, 2010.

SOS ESTUDANTE entrevista Frei David a. Disponível em: <<http://sosestudante.com.br//entrevistafreidavideducafro>>. Acesso em: 10 out. 2011.

TRAGTENBERG, Marcelo H. R. A luta contra o racismo no Brasil hoje e o movimento docente. In: **Revista espaço acadêmico**. Ano 3, n. 30, novembro de 2003.

_____. O ANDES-SN, a luta contra o racismo e por ações afirmativas. In: **Anexo ao caderno de textos: 26º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional**. Disponível em: <<http://www.andes.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. Um olhar de branco sobre ações afirmativas. In: **Revista espaço acadêmico**. Ano 2, n. 13, junho de 2002.

TRAGTENBERG, Marcelo H. R.; BASTOS, João L. D.; NOMURA, L. H.; PERES, Marco Aurélio. Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade? In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 473-495 maio/agosto 2006.

UFSC. **Resolução normativa no 008/cun/2007, de 10 de julho de 2007: “programa de ações afirmativas” da Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.vestibular2011.ufsc.br/resolucao_acoes_afirmativas.pdf> Acesso em: 30 ago. 2011.

UNBTV entrevista José Jorge de Carvalho. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=inctijosejorgedecarvalhounbvtv>>. Acesso em: 29 nov. 2011.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

WELLER, Wivian. **A hermenêutica como método empírico de investigação.** Grupo de Trabalho: Filosofia da Educação, UNB, n. 17, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas.** São Paulo: Abril Cultural, 1975.